

Caminhos para a sustentabilidade da vida: revisão teórica e diálogo com as práticas de mulheres coletoras da Rede de Sementes do Xingu, Brasil

Alessandra Schwantes Marimon y Márcia Tait Lima

Otra Economía, vol. 12, n. 22:220-237, julio-diciembre 2019. ISSN 1851-4715

## **Caminhos para a sustentabilidade da vida: revisão teórica e diálogo com as práticas de mulheres coletoras da Rede de Sementes do Xingu, Brasil**

Caminos para la sostenibilidad de la vida: revisión teórica y diálogo con las prácticas de mujeres colectoras de la Red de Semillas del Xingu, Brasil

Paths towards the sustainability of live: theoretical revision and dialogue with the practices of seed-collecting women of the Rede de Sementes do Xingu, Brazil

**Alessandra Schwantes Marimon\***

[aleschwantes@gmail.com](mailto:aleschwantes@gmail.com)

**Márcia Tait Lima\*\***

[marcia.tait@gmail.com](mailto:marcia.tait@gmail.com)

---

**Resumo:** Este artigo coloca em diálogo alguns conceitos que fazem parte de diferentes práxis feministas – economia feminista, ecofeminismo, feminismo popular e rural – a partir de reflexões suscitadas pelas práticas e discursos de mulheres coletoras da Rede de Sementes do Xingu, no Brasil. Essa aproximação é parte de uma pesquisa em andamento que inclui a realização de entrevistas com algumas dessas mulheres e a observação participante em encontros e eventos da Rede. Diferentes conceitos serão trabalhados de forma integrada, como parte de uma visão ampla sobre gênero, ambiente, conhecimento e desenvolvimento, reconhecendo as práticas e saberes de grupos de mulheres em contato direto com a natureza, em sua dimensão transformadora e de vivência real da sustentabilidade da vida. É uma forma de pensar e atuar que dialoga especialmente com o ecofeminismo e com propostas de alternativa ao atual modelo de desenvolvimento e de mercantilização da vida. No caso das coletoras de sementes, ressaltamos o papel central das mulheres na rede, sua autonomia e o desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias. Elas também fortalecem o “coletar” como um modo de extrativismo não predatório que se contrapõem a modelos de neoextrativismo com amplos impactos socioambientais em curso em nosso continente.

**Palavras-chave:** cooperação, Amazônia, gênero.

**Resumen:** Este artículo pone en diálogo conceptos que forman parte de diferentes praxis feministas - economía feminista, ecofeminismo y feminismo popular y rural - a partir de reflexiones suscitadas por las prácticas y discursos de mujeres colectoras de la Red de Semillas del Xingu, en Brasil. Esta aproximación es parte de una investigación en curso que incluye la realización de entrevistas con algunas de esas mujeres y la observación participante en encuentros y eventos de la Red. Diferentes conceptos serán trabajados de forma integrada, como parte de una visión amplia sobre género, ambiente, conocimiento y desarrollo, reconociendo las prácticas y

---

\* Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

\*\* Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

saberes de grupos de mujeres en contacto directo con la naturaleza, en su dimensión transformadora y de vivencia real de la sostenibilidad de la vida. Es una forma de pensar y actuar que dialoga especialmente con el ecofeminismo y con propuestas de alternativa al actual modelo de desarrollo y la mercantilización de la vida. En el caso de las colectoras, resaltamos el papel central de las mujeres en la red, su autonomía y el desarrollo de conocimientos y tecnologías. Ellas también fortalecen el “recolectar” como un modo de extractivismo no predatorio que se contrapone a modelos de neoextractivismo con amplios impactos socioambientales en nuestro continente.

**Palabras clave:** cooperación, Amazonia Brasileña, género.

**Abstract:** This article discusses some concepts that are part of different feminist praxis - feminist economics, ecofeminism and rural and popular feminism - based on the reflections raised by the practices and discourses of seed-collecting women of the Rede de Sementes do Xingu, in Brazil. This approach is part of an ongoing research that includes conducting interviews with some of these women and the participant observation method in meetings and events of the seed network. Different concepts will be worked out in an integrated way, as part of a broader vision on gender, environment, knowledge and development that recognizes the practices and knowledges of women's groups in direct contact with nature, in their transforming dimension and real life experience of the sustainability of life. This is a way of thinking and acting that dialogues with ecofeminism and the proposals of alternatives to the current model of development and commodification of life. In the case of the seed-collecting women, we emphasize the central role of them in the seed network in strengthening their autonomy and in developing knowledge and technologies. They also consolidate the act of collecting as a non-predatory mode of extractivism that contrasts with models of neo-extractivism with broad socio-environmental impacts underway in our continent.

**Key words:** cooperation, Brazilian Amazon, gender.

---

## Introdução

Os distintos níveis de desequilíbrio ecológico que presenciamos atualmente chamam atenção para o limite das capacidades regenerativas do planeta. Do ponto de vista ecológico, o processo de extinção de espécies, em combinação com o esgotamento de recursos naturais e a intensificação das mudanças climáticas, demonstram que tal limite já pode ter sido ultrapassado; além disso, as mais diversas desigualdades - sociais, raciais, de gênero, econômicas e políticas – têm se aprofundado. Esse momento é definido por algumas vertentes feministas como uma crise civilizatória gerada pelo acirramento do conflito “capital/vida” (Herrero, 2014; Orozco, 2014).

Autoras da interface economia feminista e ecofeminismo, como das espanholas Yayo Herrero e Amaia Pérez Orozco, apontam que tal crise é perpetuada por “um modelo de pensamento ocidental, construído sobre alicerces patriarcais, antropocêntricos e capitalistas” que promovem e ampliam, nas palavras da indiana Vandana Shiva, formas de um “mau desenvolvimento” e privatização da vida, bem como o processo de biopirataria (Shiva, 2004; 2008). Para Orozco, esse é um “modelo predador” que está por trás da “atual crise civilizatória” e “afeta as construções éticas e epistemológicas mais básicas em torno da própria compreensão de nossa vida” (Orozco, 2014, p.6).

As teorias feministas apontam como o trabalho reprodutivo e produtivo passaram a ser entendidos separadamente ao longo da história. A noção mais difundida de desenvolvimento legitimou a dominação de civilizações durante os processos coloniais e a exploração predatória da natureza, práticas que persistem até os dias atuais. Esses processos têm aprofundado formas de produção/reprodução que contribuem para acelerar o processo de expropriação do corpo feminino e da natureza (Shiva, 2004; Acosta, 2016a; 2016b). A dimensão produtiva e econômica (que envolve trabalhos, produção de bens e trocas) é interpretada a partir de uma falsa ideia de ruptura entre conceitos como “razão e emoção”, “produção e reprodução”, “público e privado”. Cristina Carrasco (2014) lembra que as atividades consideradas produtivas são classificadas como masculinas e mais

valorizadas; enquanto que as atividades associadas a uma lógica do afeto, da emoção e do cuidado, são identificadas como femininas e, portanto, inferiorizadas. Essas considerações possuem consequências concretas na trajetória coletiva e pessoal de homens e mulheres e têm respaldado um processo de divisão sexual do trabalho, que inserem distintas valorações e se materializam em diferentes níveis de reconhecimento social, desde o acesso a postos de liderança e chefia até nas mais diversas remunerações.

A corrente de pensamento crítico ao neoextrativismo desenvolvida na América Latina nos últimos 15 anos sublinha a necessidade de ressignificação ou mesmo “superação” de conceitos como o de “desenvolvimento”. Tais mudanças de pensamento estão sendo elaboradas no âmbito da práxis coletiva em torno de noções como “giro ecoterritorial”, “pós-extrativismo” e “Buen Vivir”, dentro do contexto das lutas socioambientais e resistências coletivas centradas na defesa dos territórios latino-americanos (Svampa, 2016; Acosta, 2016a; 2016b; Gudynas, 2016). O pós-extrativismo busca trazer elementos para a superação de paradigmas primário-exportadores e extrativistas. Ressalta-se ainda a necessidade de entendimento dos sentidos mais profundos de diferentes povos sobre a relação deles com o território, a natureza, a vida em comunidade e o bem viver – que transformam totalmente ou inviabilizam a noção de desenvolvimento. A natureza, para o Buen Vivir e o feminismo comunitário indígena, integra a comunidade e a cultura, reinserindo o ser humano no espaço ecológico: a natureza é um “ente” integrante do campo moral, ético e dos direitos. Essas contribuições retomam o tema das violências e dos horizontes históricos do colonialismo na América Latina, a partir de uma perspectiva ambientalista e de matrizes indígenas, comunitárias e feministas de nosso continente, que se articulam no campo da “decolonialidad”.

Levamos em conta que o capitalismo é indissociável do patriarcado, já que ambos formam um sistema único que se conecta com os processos de trabalho, produção/reprodução e ordem geopolítica e econômica global. Enquanto sistema, o capitalismo-patriarcado exige quantidades cada vez maiores de energia e matéria-prima, traduzindo-se em uma superexploração da natureza, de territórios e de populações - em específico, mulheres pobres, periféricas e racializadas. A situação se agravou nas últimas décadas na América Latina quando os países se tornaram altamente dependentes de commodities agrícolas e da dinâmica do neoextrativismo (Svampa, 2019). Se o desenvolvimento patriarcal-capitalista constitui o epicentro das crises ecológicas, das desigualdades de gênero e da exploração de povos e territórios, (Federici, 2004), há uma necessidade de transformação social, econômica e ética. Ao longo do artigo, demonstraremos que a atividade de coleta de sementes para reflorestamento de áreas degradadas da Rede de Sementes do Xingu (RSX), além de ser considerada dentro de uma “economia do conhecimento da natureza” (Abramovay, 2018), pode ser analisada por meio de um viés de gênero e de conceitos da economia feminista e do ecofeminismo, visto que as mulheres são maioria na Rede e seus discursos e práticas atuam abrindo caminhos em direção a uma sustentabilidade da vida e maior igualdade de gênero.

## **A Rede de Sementes do Xingu**

Criado em 1961, o Parque Indígena do Xingu ocupa quase 3 milhões de hectares e está situado em Mato Grosso, entre os dois maiores biomas brasileiros, a Amazônia e o Cerrado. Concentrada em uma zona de tensão ecológica, inserida no chamado “arco do desmatamento” (Nepstad, Moreira e Alencar, 1999), o local é hoje uma referência mundial de diversidade sociocultural e ambiental da Amazônia, ocupado por mais de 6 mil indígenas de 16 etnias (ISA, 2011). Representa a resistência dos povos xinguanos contra as tradicionais políticas pautadas no desenvolvimento não sustentável (Sanchez, 2015). Para reforçar a identidade, esses povos preferem chamar suas terras de Território Indígena do Xingu (TIX) (Villas-Bôas, 2017).

A expedição Roncador-Xingu, da Fundação Brasil Central, foi planejada para povoar e desenvolver

o interior do Brasil, estabelecendo nos anos 1940 um dos primeiros contatos com os povos indígenas do Xingu (Villas Bôas, 1994). Na década de 70, com a construção de rodovias, a região das cabeceiras do Rio Xingu virou alvo de projetos de colonização voltados à migração de colonos do sul do país, o que gerou o surgimento de cidades e sérias consequências ambientais, como desmatamento e degradação de rios (ISA, 2011). Até o ano de 2007, mais de cinco milhões de hectares foram desmatados nas cabeceiras dos rios para dar lugar à pecuária, ao cultivo da soja e à exploração de madeira, principais atividades econômicas da região (Velasquez, Queiroz e Bernasconi, 2010). Atualmente, as consequências da política de ocupação refletem-se gravemente no equilíbrio ecológico e na preservação de espécies e comunidades tradicionais. No documentário *Para onde foram as andorinhas?* (ISA, 2015), por exemplo, os povos xinguanos relatam que já não conseguem mais interpretar os sinais da natureza como antigamente.

Em resposta a uma iniciativa dos próprios indígenas, que solicitaram ajuda para resolver os impactos causados pelo agronegócio no entorno do TIX, o ISA (Instituto Socioambiental), em parceria com instituições públicas e privadas, lançou a campanha ‘Y Ikatu Xingu (“Salve a água boa do Xingu”, em língua kamayurá), para recuperar e proteger as florestas ribeirinhas e as nascentes do Rio Xingu (Sanches, 2015). Considerando que essa iniciativa exigiria a recuperação de extensas áreas degradadas, em uma escala de milhões de hectares (Velasquez et al., 2010), foi necessário criar uma rede de apoio para prover a matéria-prima de ações dessa envergadura: as sementes. Em consequência disso, em 2007 surgiu a Rede de Sementes do Xingu (RSX), que anos mais tarde se tornaria Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX).

A Rede passou a desenvolver tecnologias de recuperação das áreas degradadas que pudessem ser adotadas pelos produtores rurais e que aliassem redução de custos, ganho ecológico e adaptação aos sistemas de produção (Urzedo, Reis, Souza e Araújo, 2017). De acordo com os referidos autores, foi criado um caminho para a semeadura direta, troca e comercialização de sementes de espécies nativas, como uma fonte geradora de renda e uma maneira de valorizar as florestas. Após 12 anos da consolidação do trabalho, a Rede conta atualmente com 600 coletores (RSX, 2019), em 16 municípios mato-grossenses localizados nas bacias dos rios Xingu, Araguaia e Teles Pires, comportando 15 projetos de assentamentos rurais, além da Reserva Extrativista na Terra do Meio, no Pará, e 17 aldeias de sete povos distribuídos em quatro terras indígenas (Harari, 2017).

## O funcionamento da RSX

O caráter de organização da ARSX pode ser descrito por meio de uma “Rede de desenvolvimento comunitário, cujo “bem comum” são as sementes (Oliveira, Correia e Gonzaga, 2017). A Rede de Sementes do Xingu funciona a partir de uma relação abrangendo coletores de sementes e mais de 30 organizações, entre representantes da sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa e órgãos privados; critérios e pactos colaborativos são estabelecidos dentro da associação, definidos anualmente em reuniões com técnicos das ONGs participantes e representantes dos núcleos coletores (ISA, 2017). Nesse contexto, para que o trabalho de restauração florestal aconteça, existe uma articulação anual entre oferta e demanda de sementes, onde os coletores planejam anualmente seu potencial de produção, enquanto a central administrativa estabelece contratos e parcerias com os compradores e cada semente terá sua comercialização assegurada, retornando como renda para os coletores (Sá et al., 2017).

Para a produção de sementes incluem-se as etapas de planejamento, coleta, identificação, manejo, secagem e armazenamento, e depende da realidade social de cada grupo coletor (Urzedo, 2014). Normalmente, independentemente de onde estão localizados (aldeias, zonas urbanas ou rurais) os grupos coletores são divididos e organizados por famílias ou grupos de amigos e conhecidos, que podem sair individualmente ou coletivamente para coletar e beneficiar as sementes, além de

realizarem trocas e ajudarem uns aos outros. Observamos um conflito entre um grupo coletor rural, que envolvia principalmente questões de falta ou falha de comunicação entre eles. A realização de cursos, palestras, encontros, oficinas e da participação em congressos promovidos pela própria Rede são formas de aproximar os grupos e, além disso, os coletores podem aperfeiçoar desde a etapa de identificação correta das espécies de árvores em que as sementes serão coletadas, até a adoção de técnicas como a semeadura direta das sementes para a restauração de áreas. Esse método pode tanto ser manual quanto utilizar maquinários agrícolas (Sá et al., 2017). Além disso, os baixos custos da mecanização do plantio permitiram a implementação da técnica apelidada de muvuca de sementes, por misturar sementes de diferentes espécies para a restauração de áreas degradadas (ISA, 2017).

Algumas das principais espécies de sementes coletadas são: amoreira, angelim, aroeira, angico, baru, buri, cajazinho, caju, caroba-da-mata, caroba do cerrado, carvoeiro, copaibinha do cerrado, garapa, guarita, ipê-amarelo-do-cerrado, jatobá do cerrado, jatobá-da-mata, guanandi, lixeira, lobeira, mamoninha, mirindiba, mutamba, pequi, xixá, barbatimão, fedegoso, feijão-de-porco, jurubeba e sucupira (Urzedo et al., 2016). A Casa de Sementes é o local onde são recebidas e armazenadas as sementes coletadas pelo grupo ou núcleo e onde permanecerão até serem transportadas para o reflorestamento. As principais funções da Casa de Sementes são: 1) abrir a embalagem e verificar se o lote de sementes está etiquetado; 2) verificar se a semente está devidamente beneficiada; 3) pesar a semente e anotar no bloco de informações e 4) armazenar o lote e verificar se estão no padrão de qualidade e se não apresentam problemas.

Alguns critérios e papéis precisam ser seguidos e estabelecidos dentro da rede. Os coletores, além de serem responsáveis pela qualidade, pela busca de conhecimento e identificação das sementes, devem conservar as matas ciliares que se encontram em suas propriedades; a determinação dos horários e tempo de trabalho, bem como a quantia das sementes, fica a cargo dos núcleos e grupos coletores (Urzedo et al., 2016). A coletora ou o coletor precisa elaborar a lista usando como referência as produções de anos passados. Uma figura essencial para o funcionamento da organização é o elo. Essa coletora ou coletor é responsável por acompanhar os pedidos e entregas de sementes, conferir a qualidade das sementes antes que sejam entregues à Casa de Sementes, orientar e manter uma comunicação horizontal entre o coletor e a Rede, repassando notícias e decisões tomadas durante encontros e reuniões da R SX, além de convocar encontros e reuniões entre os coletores (Urzedo et al., 2016).

O processo de restauração de áreas degradadas pode ser feito também pelas próprias coletoras/es, sendo que algumas plantam em seus quintais ou áreas próximas que foram desmatadas. Na etapa de comercialização, as sementes coletadas pela Rede de Sementes do Xingu são destinadas tanto para produtores rurais interessados em se enquadrar dentro da legislação quanto para projetos de restauração ecológica, como os realizados pelo Instituto Socioambiental (ISA).

### **As mulheres coletoras de sementes**

As mulheres têm sido fundamentais no processo e detêm um papel primordial no funcionamento da Rede, atuando como protagonistas na coleta. Estudos realizados dentro da Rede têm demonstrado que a renda das mulheres coletoras tende a ser revertida para a família (ISA, 2017). Além disso, nas comunidades indígenas e rurais elas são maioria e participam tanto das etapas de planejamento quanto da liderança (Urzedo, 2017). Apesar da presença expressiva em termos quantitativos de mulheres coletoras na Rede de Sementes do Xingu, a importância delas para o funcionamento da rede vai muito além do número de participantes. Para compreender a participação dessas mulheres, é preciso entender que cada uma delas chega à Rede com trajetórias e histórias de vidas, sejam elas individuais ou coletivas, e que variam conforme povos, gerações, cor de pele, núcleos urbanos e rurais, entre outras identidades e características sociais.

Observamos, ao longo da pesquisa, que as mulheres coletoras contribuem para a manutenção do equilíbrio das forças que compõem a Associação quando dividem experiências - em encontros, cursos ou mesmo no próprio grupo coletor ou na família -, quando participam de espaços que auxiliam no conhecimento do trabalho de coleta, quando ocupam funções importantes como a de elo, diretora, assessora técnica, responsável pela casa de sementes, etc., ou quando simplesmente têm a iniciativa individual de se tornarem coletoras de sementes, mesmo contra a vontade das pessoas que a rodeiam, como observamos em alguns casos. Enfatizamos que a proposta deste estudo não é realizar uma análise comparativa entre os processos de coleta de homens e mulheres, nem falar sobre as diferenças de gênero na realização desse trabalho, mas, antes de tudo, objetivamos mostrar parte dos discursos e experiências das mulheres coletoras para compreender de que forma o trabalho como coletoras de sementes perpassa tudo isso, como uma forma de evidenciar diversas vozes.

### **Descrição da pesquisa de campo junto às mulheres**

Os grupos de mulheres urbanas e rurais têm se destacado no trabalho com as sementes, e são justamente as mulheres desses núcleos coletores as entrevistadas que contribuíram para a realização deste artigo. As entrevistas integram a etapa de campo da pesquisa, ainda em desenvolvimento, cujas reflexões parciais são apresentadas aqui, e foram realizadas a partir de um roteiro com 56 perguntas, com mulheres coletoras não-indígenas, com idades entre 19 e 76 anos, todas residentes no estado de Mato Grosso, moradoras de cidades ou de projetos de assentamentos rurais localizados ao leste do estado.<sup>1</sup> As perguntas foram estruturadas nos seguintes tópicos: Sobre o trabalho; Relação trabalho/meio ambiente; Transmissão de conhecimentos; Comunicação entre as coletoras e os coletores; Questões de gênero. Apesar de as mulheres indígenas<sup>2</sup> configurarem um grupo expressivo, organizado e de extrema importância para o funcionamento da Rede, optamos por deixá-las de fora da análise, devido à falta de entrevistas durante essa etapa de campo.

Com relação aos dois grupos (rurais e urbanas), é preciso ressaltar que existem tanto pontos convergentes quanto divergentes quando se compara o trabalho de mulheres urbanas e rurais. Enquanto que o processo de coleta das mulheres urbanas ocorre, em sua maioria, dentro do território das cidades onde habitam, as mulheres rurais já têm, normalmente, maior contato com árvores e sementes provenientes de reservas ambientais, ou mesmo de seus próprios lotes e propriedades.

Como metodologia para a sistematização e análise dos dados obtidos, foram realizadas anotações durante os períodos de observação participante que se deram principalmente durante reuniões e eventos da Rede, registros fotográficos e 13 entrevistas semiestruturadas (cinco delas analisadas nesse artigo) que foram integralmente transcritas. Os conteúdos obtidos durante a pesquisa empírica foram utilizados nas descrições dos trabalhos e ações das mulheres, bem como para entender o próprio funcionamento da Rede. Também optamos por trabalhar dialogicamente com as seguintes categorias: cuidado, divisão do trabalho, dimensão feminista da economia, ecofeminismo, produção de tecnologias e sustentabilidade da vida.

---

<sup>1</sup> A pesquisa “Coletoras de sementes e sementeiras de florestas: O protagonismo das mulheres na Rede de Sementes do Xingu” está sendo desenvolvida no âmbito do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural da UNICAMP e foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Os nomes das entrevistadas foram preservados, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo órgão.

<sup>2</sup> O Movimento das Mulheres Yarang (MMY), do povo Ikpeng do médio Xingu, é um dos grandes símbolos do protagonismo feminino indígena e tem se destacado como uma iniciativa de sucesso. O nome yarang significa “formiga saúva” na língua ikpeng. A atuação delas serviu de inspiração para outros povos da região Xingu-Araguaia, como é o caso das mulheres Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé. Elas criaram em 2011 o grupo Pi’õ Rómnhá Ma’Ubumrôï’wa (literalmente, Mulheres Coletoras de Sementes, em Xavante), cujas coletas também são utilizadas em projetos de reflorestamento na própria Terra Indígena (ISA, 2017).

## **Mulheres e natureza: caminhos para o pensamento feminista ecológico**

O ecofeminismo surgiu como movimento social nos anos 70, com o objetivo de estabelecer uma relação direta e profunda entre a exploração e dominação da natureza com a opressão das mulheres pelo patriarcado, relacionando questões de gênero, natureza e sociedade (MELLOR apud TAIT, 2015). O termo foi cunhado pela primeira vez pela escritora francesa Fraçoise d'Eaubonne em seu livro "Le Feminisme ou la Mort" (Feminismo ou Morte) e posteriormente popularizou-se ao redor do mundo. Uma forma fácil de definir o movimento, segundo Alicia Puleo (2011; 2012; 2019), pode ser o encontro entre feminismo e ecologia: esse encontro não significa que "mulher" e "natureza" apresentam uma relação inerente ou necessariamente mais profunda definida pelo sexo, e sim que existem relações de ética, cuidado e empatia sendo constantemente produzidas dentro de matrizes culturais e sociais. Além disso, para Puleo, o ecofeminismo precisa ser entendido de forma plural, pois abarca uma diversidade de ideias e de atores, que fazem parte dos mais variados processos político-sociais. Exemplos dessa diversidade podem ser notados nos movimentos indígenas latino-americanos em prol da preservação de suas terras, em organizações de mulheres da agricultura familiar, grupos de defesa da segurança alimentar, etc. Puleo ainda se define como uma "ecofeminista crítica", que não propõe o resgate a um modo de vida totalmente rural (um passado idealizado) ou o combate com unhas e dentes da ciência e da tecnologia ("tecnofobia"), tão pouco, uma crença cega na capacidade dessas para solucionarem os problemas humanos e possibilitarem um futuro melhor ("tecnolatria"). Esse tipo de ecofeminismo se associa a pressupostos "culturalistas" - ou seja, rejeita as explicações baseadas principalmente em categorias biológicas que contribuem para uma noção de essência masculina ou feminina - homens e mulheres se "constituem na realidade material e social cotidiana", em suas atividades e trabalhos nas sociedades e lares (Romañá, 2007, p.129).

Outra precursora do ecofeminismo, a brasileira Ivone Gebara (1997), afirma que o ecofeminismo possui uma perspectiva político-crítica, relacionada com a histórica luta antirracista, antissexista e antielitista, pois são as mulheres negras, indígenas, pobres e do Sul, as primeiras vítimas dos danos ao meio ambiente, também por estarem tradicionalmente em contato direto com as tarefas do lar. Por outro lado, elas representam também a maior força de trabalho agrícola, além de serem responsáveis pela alimentação e gestão da economia do lar, e também tendem a ter menos oportunidade de geração de renda (Gebara, 1997).

Entendemos que as contribuições do ecofeminismo de forma geral são muito mais no sentido de crítica às diversas opressões patriarcais e ao reconhecimento das mulheres como sujeitos ativos da luta ecológica e feminista. Para que possamos compreender as contribuições dessa corrente em sua amplitude, devemos ter em mente o desafio teórico e prático da construção de ideias que impulsionem a transformação do atual modelo patriarcal de produção, reprodução e consumo, e que apontem para formas de desenvolvimento sustentáveis e equitativas (Faria e Moreno, 2012; Puleo, 2011).

### **A esfera econômica ampliada: a relação entre produção/reprodução da vida**

A economia feminista surge como um campo de conhecimento dentro das ciências econômicas e um campo teórico-prático feminista, contribuindo para a ampliação do debate sobre uma economia que não seja centrada apenas em interesses mercadológicos ou na noção de "produtividade" e que objetive gerar condições de igualdade de gênero. Parte-se do pressuposto de que a economia não é e nem pode ser redutível aos mercados (Carrasco, 2014). Apesar de se basear em perspectivas plurais e heterogêneas, tanto na academia quanto fora dela, a economia feminista busca analisar as experiências de mulheres e suas condições sociais por meio de um ponto de vista feminista (Grecco, Furno e Teixeira, 2018). Para as economistas feministas, o conceito de economia precisa ser entendido a partir de ações e mecanismos de manutenção da vida, estejam dentro de esferas monetarizadas ou não.

Valorizar a produção capitalista e não dar os devidos créditos à “produção da vida” é uma forma de exclusão social e de gênero, principalmente ao esquecer que metade da população mundial se encarrega em satisfazer a maior parte das necessidades humanas, em condições de precariedade (Herrero, 2014).

Os processos de reprodução da vida englobam qualidades e funções entendidas tradicionalmente como femininas. Desde tarefas domésticas como cozinhar, lavar a louça e passar roupa, até ocupações relacionadas aos cuidados com a saúde humana, além do bem-estar subjetivo - carinho, criatividade, relações afetivas e amorosas, etc. (Picchio, 2012). Para a autora, a economia feminista desenvolve, principalmente, uma crítica à invisibilização do trabalho e da participação econômica das mulheres. As mulheres têm se inserido cada vez mais no mercado de trabalho e contribuído para alterar a lógica do modelo tradicional fordista de “homem-provedor e mulher dona-de-casa”, implementado em meados do século XX, mesmo assim, Carrasco (2003) ressalta que os sistemas sociais e as estruturas permanecem praticamente iguais. Ela cita como exemplo a criação dos filhos inserindo as seguintes perguntas: como é possível que as férias das crianças tenham duração de três meses e a dos pais no máximo um mês (isso quando têm a possibilidade de férias remuneradas)? E quanto ao horário escolar que não coincide com o trabalho? Com essas indagações, notamos que os processos de reprodução humana continuam invisíveis, mesmo com a função básica dos lares como centros de gestão e cuidado da vida permanecendo inalterada.

Picchio (2012) toma como base o Relatório de Desenvolvimento Humano realizado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para explicar que a quantidade de trabalho reprodutivo/não-remunerado é maior do que o trabalho produtivo/remunerado feito por mulheres e homens. A participação ainda minoritária do homem nos cuidados do lar contribui para a manutenção dele no mercado de trabalho, enquanto sobrecarrega as mulheres, que acabam tendo de lidar com duas cargas diferentes de trabalho. Para ela, políticas de igualdade de oportunidades efetivas devem “promover mudanças nas relações e nas regras fundamentais que estruturam o mercado de trabalho, em termos de horários, lugares, salários, estresse e segurança” e isso significa “uma mudança na própria estrutura do sistema capitalista” (Picchio, 2012, p.20).

A economia feminista ressalta também a relação de independência entre espaço público e privado, entre a produção e a reprodução, entre a geração de trabalho e renda no “mercado capitalista” e os trabalhos de cuidado. Carrasco (2003) afirma que, se antes o apagamento e/ou subrepresentação das mulheres nos espaços de decisões formais e informais se dava em razão de uma lógica ideológica fundada em preceitos patriarcais, hoje a motivação tem caráter econômico-capitalista. Para a autora, a participação das mulheres na esfera doméstica pode ser ilustrada a partir do formato de um “U” invertido, sendo que elas são inseridas desde pequenas em um trabalho que ficarão para o resto da vida ou até adoecerem; já a participação doméstica dos homens é minoritária e linear, dedicando o tempo ao mercado e não se preocupando integralmente com o bem-comum.

A pesquisa de campo mostrou a importância das atividades na Rede para o empoderamento das mulheres e uma oportunidade de exercer atividades fora do espaço doméstico. Durante entrevista com uma coletora de 19 anos, estudante de biologia e responsável pela Casa de Sementes, ela afirmou gostar da sua responsabilidade atual dentro da Rede e de ter iniciado seu trabalho de coleta de sementes ainda com 15 anos. Relatou que, no início, as pessoas chegavam a duvidar da capacidade dela, tanto como coletora, quanto como responsável pela Casa de Sementes. A jovem acredita que tal preconceito se dá pelo fato de ser jovem e mulher.

“Às vezes tem uma falta de consideração, tanto por ser mulher quanto por ser nova. Na Casa de Semente se pega muito peso e as pessoas pensam que sou incapaz. Não que seja fácil, mas eu vi muito isso também pra coletar sementes. Às vezes pensam que por você ser mulher não consegue coletar toda a semente que tem na lista. Mas a gente dá conta, sim”. (coletora, comunicação pessoal,

12 de março de 2019).

Uma outra coletora de 56 anos, entrevistada do núcleo de coletores do Projeto de Assentamento Macife, localizado no município de Bom Jesus do Araguaia, detém um dos cargos de maior importância dentro da Rede: é elo e participa do conselho curador da RSX. É ela quem fica com a função de repassar para todos os coletores do grupo dela as notícias, acontecimentos e decisões realizadas durante encontros e reuniões. Ela ainda acompanha todos os pedidos e entregas das sementes, sendo responsável por monitorar a qualidade das sementes junto com os coletores, orientando e verificando as sementes antes de serem entregues à Casa de Sementes. Para a coletora, o elo é imprescindível para manter uma melhor comunicação com o grupo.

Ao longo das entrevistas, a exceção de uma coletora idosa, todas responderam que a frase “lugar de mulher é em casa” está datada e deve ser desconsiderada. Mesmo assim, observamos que as práticas diárias de algumas eram contrárias a essa percepção, visto que nos deparamos com cenas em que eram as mulheres que estavam lavando as roupas na máquina, preparando a comida do almoço e cuidando dos filhos enquanto brincavam próximos a nós. Durante a pesquisa, também tivemos a oportunidade de ouvir a fala de homens, conversar informalmente com alguns e ainda entrevistamos dois companheiros de duas coletoras urbanas, que trabalham junto com as esposas na coleta de sementes. Os dois relatos apresentaram algumas semelhanças. Ambos afirmaram que não faziam o papel de “homem da casa” e que o dinheiro arrecadado, tanto com a venda das sementes quanto de outros trabalhos remunerados, era controlado igualmente pelo casal. Além disso, as mulheres eram as que detinham a maior renda, pois eram as únicas com empregos formais com carteira assinada. Mesmo assim, quando questionados sobre o serviço da casa, os homens afirmaram que “ajudavam” as mulheres, mas a maior parte das tarefas domésticas, como limpar a casa, cozinhar e os cuidados dos filhos, ficava para as mulheres.

De maneira geral, as entrevistadas demonstraram a percepção de que o processo de trabalho com as sementes é mais bem feito pelas mulheres do que pelos homens. Em entrevista com uma coletora de 35 anos, moradora do Assentamento Bordolândia, do município de Nova Serra Dourada, ela expressou a opinião de que as mulheres coletoras têm mais zelo com as sementes.

“Eu acho que a mulher tem mais jeito. Tudo ela quer fazer bem feito, bem limpinho. Tudo que a gente quer cuidar, quer cuidar com carinho”. Além dos cuidados com a semente, essa coletora também é quem realiza todo o cuidado do lar e dos dois filhos pequenos. Ao ser questionada se exerce algum trabalho além da Rede, ela responde: “O meu trabalho é em casa, quem cuida de tudo aqui sou eu”. (coletora, comunicação pessoal, 6 de junho de 2019).

No caso de outra coletora, é o marido quem faz um trabalho mais cuidadoso na limpeza das sementes. “Aqui não é assim, porque quem é detalhista é ele. No fim tem homem que é cuidadoso e tem mulher que é relaxada até demais”. Nossa compreensão vai de encontro com o pensamento dessa mulher, visto que as teorias ecofeministas já provaram que esse entendimento de que as mulheres são “naturalmente mais delicadas” faz parte de uma construção social dentro de um contexto capitalista-patriarcal. Por exigir maior cuidado e atenção, entender a atividade como algo “intrinsecamente feminino” também pode ser um problema para a inserção de outros homens coletores no processo de limpeza de sementes, além de limitar as mulheres a uma mesma lógica.

A Rede de Sementes do Xingu tem se articulado a partir de uma lógica de ruptura com concepções e práticas de desenvolvimento convencionais, ao colocar elementos como sustentabilidade, diversidade cultural, identidade e solidariedade acima de objetivos como geração de produtos, mercantilização e lucro. Nota-se o comprometimento com outras modalidades de economia, apropriando-se algumas

vezes de noções como “economia solidária”<sup>3</sup> ou “de base comunitária”, que não se configuram segundo lógicas liberais que têm a livre competitividade e a maximização de lucros como princípios.

Os trabalhos sobre economia feminista com foco específico no ambiente rural e no trabalho das mulheres têm mostrado que para as comunidades, famílias e mulheres para as quais suas vidas cotidianas, atividades e subsistência apresentam um importante vínculo com agricultura e/ou natureza (terra, sementes, árvores, rios, etc.), como no caso das mulheres entrevistadas para essa pesquisa, os aspectos levantados pela economia feminista de produção e reprodução da vida e com atividades de cuidado adquirem outras dimensões. Essas dimensões possibilitam uma ressignificação da esfera econômica, produzindo possibilidades específicas dentro da economia solidária e das “alternativas ao desenvolvimento”.

### **A sustentabilidade da vida e a co-responsabilidade**

A lógica econômica convencional “funciona sem limites ecológicos, se definindo falsamente como autônoma tanto em termos ecológicos quanto humanos” (Bosch, Carrasco e Grau, 2003). Em contrapartida, o ecofeminismo amplia as dimensões éticas de cuidado da vida considerando a interdependência entre os seres humanos e natureza (interdependência/ecodependência) (Herrero, 2014; Puleo, 2011). Tanto a economia feminista, quanto o ecofeminismo questionam o reducionismo e tendências biocidas das teorias sobre o desenvolvimento econômicas mais amplamente adotadas - que desconsideram a natureza ou a consideram apenas em termos de recursos a serem explorados economicamente ou “externalidades”. Existe uma tendência crescente de ambas vertentes a colocar a sustentabilidade da vida como pilar central para garantir as condições de vida das futuras gerações.

Na perspectiva da sustentabilidade da vida, as atividades de cuidados entre humanos e com os territórios e a “terra comum” são colocadas como centro político e econômico e como uma responsabilidade de todas e todos. Portanto, não se trata de que as mulheres se tornem as únicas salvadoras do planeta. A visão ecofeminista construtivista afirma que a relação mais profunda que pode ser estabelecida entre mulheres e natureza não está relacionada com características biológicas intrínsecas ao sexo feminino, mas com uma construção social a partir dos papéis de gênero, da divisão social e sexual do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade (Herrero, 2014).

Existem alguns entendimentos de que o ecofeminismo reforçaria o estereótipo da mulher como defensora e salvadora da natureza. Essa visão de “feminilização da natureza” (reforçada muitas vezes em expressões como “mãe-natureza, mãe-terra, Pacha Mama”) ou de “naturalização da mulher” é duplamente prejudicial. Tanto Herrero quanto Puleo consideram a necessidade de uma crítica não-essencialista, que leve em conta mais as construções sociais e tarefas socialmente atribuídas como femininas ou masculinas, do que características supostamente intrínsecas aos gêneros. Puleo (2011; 2012) identifica que essa visão essencialista remete à noção vitoriana de “anjos do lar”, hoje ampliada a “anjos do ecossistema”, que acabaria favorecendo uma responsabilização exclusiva das mulheres pelos cuidados ambientais ou a uma generalização de todas as mulheres como possuidoras de uma forte relação ou preocupação com a causa ambiental. Sempre considerando essa preocupação para não fortalecer uma “ética reacionária dos cuidados”, as autoras trabalham com a construção, ao longo da

---

<sup>3</sup> Na pesquisa de mestrado essas apropriações de aspectos da economia solidária no trabalho da Rede estão sendo exploradas. No entanto, para este artigo, devido a limitações de espaço, não desenvolveremos essa dimensão de análise. Para entender mais sobre esse tema e relação com atuação das mulheres populares e rurais no Brasil indicamos os trabalhos de Tait e Dagnino (2013), Tait e Brito (2016), Ceregatti et al. (2015) e Nobre (2017). Segundo Nobre: “A economia solidária busca responder às necessidades materiais e afetivas das pessoas baseando-se na autogestão e na reciprocidade. Está em contraposição à economia capitalista, que tem como centro sua própria reprodução, baseada no lucro, na propriedade privada e na alienação no trabalho (...) Um grande número de experiências de economia solidária é animado por mulheres ou destinado a elas” (Nobre, 2017, p.269).

história humana, de uma relação entre “atividades socialmente atribuídas a mulheres e ética ambiental” e entre ecologia e feminismo. Essa relação nem sempre é positiva para as mulheres, que podem ser tanto protagonistas de lutas e/ou as vítimas mais afetadas dos impactos e desastres ambientais (Puleo, 2011; Herrero, 2014).

As coletoras mostraram uma preocupação direta com a sustentabilidade da vida e a afirmação da centralidade das mulheres, nos saberes e cuidados com as sementes. Na entrevista com outra coletora de 50 anos, residente no assentamento Banco da Terra, localizado no limite do município de Nova Xavantina, ela descreve como a lógica do cuidado é um elemento que perpassa todo o processo de coleta e processamento das sementes. “Eu tento fazer como eles ensinam na oficina e cuidar direitinho. Eu não chego numa área e falo ‘eu quero dinheiro’ pra depois arrancar a semente. Não, eu vou pedir pra uma mãe que vou levar os filhinhos dela pra cuidar em outro lugar que precisa, porque isso é o amor e respeito pela natureza e por tudo”. Ela acredita que as áreas onde as mulheres coletam são mais preservadas e dá outro exemplo de cuidados: “Eu levo água, eu cuido delas e elas agradecem. Essa perto do rio, a mirindiba, eu chamo de centenária”.

Observamos um padrão de respostas em comum quanto às perguntas relacionadas à percepção sobre o desmatamento e às mudanças climáticas. Todas as entrevistadas afirmaram, por exemplo, que o clima atual mudou em comparação aos anos anteriores, sendo que as respostas sempre pendiam para o fato de que o calor e a seca estão mais intensos e frequentes. Quanto ao desmatamento, apenas uma das coletoras, residente da zona urbana, se mostrou mais otimista e manteve uma opinião de que o fenômeno está “um pouco mais controlado” nos últimos tempos. O principal fator apontado pelas entrevistadas sobre a permanência (e até aumento) do desmatamento foi a “falta de conscientização” das pessoas sobre a importância de preservação da natureza.

Todas as coletoras entrevistadas concordaram com o fato de que o trabalho de coleta pode ajudar a resolver os problemas do desmatamento e da mudança no clima, ainda que a pergunta, da maneira com que foi colocada, possa ter induzido a uma resposta positiva. No entanto, a coletora Roberizan, de Nova Xavantina, colocou uma ressalva quanto a essa questão: “Eu acho meio complicado, porque ao mesmo tempo que você tenta plantar e resolver o problema, tem o outro desmatando o que já tava pronto, né?”. Apesar dessa opinião, a maior parte delas acredita que o trabalho pode ajudar a estimular pessoas a participarem, além de conscientizar outras para a importância da preservação da natureza.

As mulheres da Rede preocupam-se em assegurar que suas atividades se desenvolvam da forma mais ambientalmente sustentável possível. Por exemplo, para a maioria das coletoras entrevistadas, está claro que é necessário deixar pelo menos 30% das sementes nas árvores para não comprometer a reprodução delas, respeitando o ciclo ecológico das espécies extraídas. Algumas delas observaram que essa prática, no entanto, nem sempre é respeitada e que tal fato pode ser danoso para a manutenção dos princípios da rede como é hoje. A RSX também atua no sentido da sustentabilidade social e está estruturada em princípios de participação democrática. Durante os encontros, são realizadas assembleias, onde são discutidos temas de interesse comum, tendo a participação e votação de todos os presentes.

A manutenção dos conhecimentos sobre os cuidados com as sementes também faz parte das preocupações das entrevistadas. Uma delas, de 50 anos, trabalha com a neta e suas duas filhas. “A minha neta, bem pequenininha, chegou no mercado e pediu pra mãe dela: ‘eu quero dar um presente pra minha avó’. Ela pegou um pacotinho de semente de alface e pediu pra moça embrulhar e me trouxe. Às vezes eu vou coletar pertinho do rio, ela vai comigo e fala: ‘Vó, essa semente aqui você colhe? Ah, essa é linda, vamos levar?’. E ela ajuda a coletar”.

Em contrapartida, se preocupam com a pouca presença de crianças e jovens em um determinado núcleo de coleta no assentamento Macife. Para uma coletora de 76 anos, os jovens não estão inseridos no trabalho porque acham pouco lucrativo e muito cansativo. “Tinha que ter os novos pra ajudar e não deixar acabar. Mas aqui a criançada começou e todo mundo desistiu, ninguém gostou. A influência foi

do dinheiro, aí como eles não tiveram muita renda, desistiram”. A coletora relata ainda que tentou passar os conhecimentos para os netos e para a filha, mas não deu certo pelo mesmo motivo. Mesmo assim, ela acredita na importância da ação para conscientizar sobre a natureza - “não é só estudar e sem saber de nada do que a natureza faz pra nós”.

Em outra entrevista com uma coletora de 46 anos, do núcleo de Nova Xavantina, ela apresentou um entendimento convergente com as noções implicadas com o Bem Viver ao afirmar categoricamente que “nós somos parte da natureza, sem a natureza nós não somos nada”. Junto com a filha de 19 anos, ela sai todas as manhãs nos períodos de coleta, em busca de sementes de árvores nativas, espalhadas pelos cantos da cidade de 20 mil habitantes. Em termos de trabalho, ela garante que não faz isso pensando no dinheiro, mas porque se preocupa com o futuro do planeta. “O que mais me satisfaz é que hoje eu tô colhendo aquela sementinha que vai me ajudar e ajudar o planeta inteiro. Hoje em dia o pessoal tá muito preocupado em tirar as árvores e a gente quer colocar. Se você planta, colhe sem maltratar a natureza. Essa árvore que eu tenho aqui na porta tem quatro anos. Uma semente caiu ali, nasceu, eu deixei e agora dá uma sombra fresquinha. Isso dá aquela alegria no coração da gente. Pra pensar, se não tivesse ela, seria quente. E na mata é a mesma coisa”.

### **Buen Vivir: em direção ao fim do extrativismo?**

Desde o início do século XXI, a América Latina vem acompanhando a ascensão e decadência de governos progressistas. Nesse período, fortaleceram-se correntes de pensamento aliadas a práticas coletivas populares de resistência territorial “para além do desenvolvimento”. Estamos pensando especialmente no “Buen Vivir” (Bem Viver) e “pós-extrativismo”, que promovem uma revisão sobre o passado colonialista e seus aspectos persistentes de desigualdade e discriminação.

O Bem Viver “pode ser caracterizado de forma muito breve e esquemática, pela crítica a ideologia do progresso e ao crescimento econômico e intensa apropriação da natureza (...). Além disso, defende que se assegure uma qualidade de vida que transcende a dimensão material, individual e antropocêntrica” (Gudynas, 2016, p.182), e a relação necessária entre os conhecimentos ancestrais e modernos (Acosta, 2016a). Toda sua proposta também se baseia na crítica a adoção de estilos de desenvolvimento insustentáveis de em bases neoextrativistas. Esses estilos estão associados às principais atividades econômicas de países latino-americanos, em termos de exportação e indicadores convencionais, como a mineração e a extração de hidrocarbonetos, bem como as práticas agroindustriais na gestão de recursos hídricos e na exploração da biodiversidade. O crescimento dessa corrente de pensamento acompanha os conflitos em torno dos crescentes impactos sociais e ambientais de grandes empreendimentos e tensões sociais, notadamente de grupos mais diretamente atingidos, como indígenas e campesinos.

É preciso esclarecer que a rejeição do desenvolvimento baseado no neoextrativismo dialoga com uma definição de um tipo de extrativismo especialmente predatório, associado aos megaempreendimentos.

Não há nenhuma relação, portanto, desse tipo de extrativismo com os métodos de obtenção e manejo de recursos naturais de baixo impacto ambiental, como é o caso da atividade de coleta de sementes, considerada um tipo de extrativismo comunitário e sustentável. A crítica ao neoextrativismo, nesses termos, busca contribuir para a sua superação (“pós-extrativismo”). Para Gudynas (2016) seria necessário uma transição ao pós-extrativismo: “passar rapidamente de um estilo de ‘extrativismo predador’ para um ‘extrativismo sensato’, entendido como aquele em que as normas sociais e ambientais são cabalmente cumpridas. “Em seguida, passar para um ‘extrativismo indispensável’, nos quais permanecerão ativos os empreendimentos realmente essenciais para atender necessidades regionais e nacionais e assegurar qualidade de vida das pessoas” (Gudynas, 2016, p.192).

As formas predatórias de exploração da natureza, articuladas em processos de produção/extração com alto impacto social e ambiental, mantêm antigas estruturas coloniais de venda de matérias-primas ou commodities e estruturas sociais de concentração de terra, expulsão de territórios e violência material e simbólica. Ao se referir as essas práticas, especificamente relacionadas à agroindústria em nosso continente, a socióloga argentina Maristella Svampa (2019) sublinha que “las nuestras han sido sociedades exportadoras de la naturaleza”. A acumulação capitalista funciona demandando ativamente o desmantelamento de comunidades locais por forças globais mercadológicas, criando uma pressão constante sobre territórios e bens comuns, destruindo ecossistemas e corroborando para a forte criminalização de populações e ambientalistas.

Com relação ao neoextrativismo e ao agronegócio, podemos afirmar que as mulheres têm sido protagonistas (e muitas vezes as primeiras) a captar os impactos dos modelos dos novos paradigmas tecnológicos, como expansão de cultivos transgênicos (Tait, 2015; Svampa, 2019). As experiências coletivas contra a expansão da fronteira agrícola, de acordo com Svampa, podem ser notadas ao longo de toda a América Latina, envolvendo ações coletivas populares nos territórios. Para a autora, fazem parte de vozes ao mesmo tempo pessoais e coletivas, que mostram a possibilidade de reivindicar uma “voz própria” e questionadora, que denuncia injustiças e pressões do capitalismo, ao passo que constrói novas relações de gênero e com a natureza, mais libertadoras, éticas e humanas.

Ainda na América Latina coletivos de mulheres camponesas e indígenas vêm desenvolvendo práticas e teorias a partir de seus territórios, vivências comunitárias e solidariedade entre mulheres. Essas contribuições se inserem nos denominados feminismo camponês e feminismo comunitário e ressaltam que o corpo das mulheres não pode ser pensado fora de sua relação com os territórios e a terra e que não existe possibilidade de manter os bens comuns (terra, água, sementes, ar) sem as comunidades (Tait, Feltrin e Costa, 2019). As práticas de resistências dessas organizações feministas são parte da trajetória de construções populares indígenas, camponesas e operárias que percorreram toda a América Latina desde a luta pela independência e, inclusive, desde a ocupação colonial espanhola, há mais de 500 anos (Barragán, Lang, Chávez e Santillana, 2016).

## Conclusões

A partir das discussões anteriores, entendemos o conceito de sustentabilidade da vida como um conjunto de processos produtivos e reprodutivos e modos de organização social articulados por princípios éticos e políticos de relações não exploratórias entre os seres humanos ou desses com a natureza e que, necessariamente, questionam as lógicas inerentes ao atual sistema econômico e buscam superar o conflito estabelecido entre capital/vida e a promoção de bem viveres. As coletoras da Rede de Sementes do Xingu em suas ações e discursos articulam formas de resistência territorial, de cuidado e preservação da natureza, de práticas solidárias e econômicas, de práticas agrícolas e de geração de conhecimentos e tecnologias. Além disso, julgamos extremamente importante a possibilidade de divulgar o protagonismo de mulheres engajadas com a conservação da biodiversidade e a promoção de iniciativas de restauração florestal no interior do Brasil. Tais ações e experiências coletivas contra a expansão exacerbada da fronteira agrícola demonstraram, a partir de um ponto de vista ecofeminista, que as mulheres coletoras são politicamente ativas e preocupadas com as futuras gerações.

Elas protagonizam ações e mostram possibilidades de outro tipo de extrativismo sustentável e afetivo, que agrega laços familiares e comunitários. Ainda, mostram a capacidade de exercer um protagonismo feminino singular (ampliado pela emancipação econômica e ocupação de funções de liderança), que tem contribuído para a manutenção da biodiversidade das florestas e das sementes xinguanas e promovido inovações em processos de trabalho e produtivos vinculados a atividade de coleta, manejo, reprodução e preservação das sementes.

As sementes, elementos centrais do seu trabalho, podem ser também consideradas como importantes símbolos de resistência. Representam não só o ato de recuperar áreas degradadas, mas também a diversidade de conhecimentos e o fortalecimento das relações de cooperação e de organização social e democráticas. O símbolo da semente está também diretamente relacionado com o processo de geração de vida e, conseqüentemente, com a capacidade de sustentabilidade dela, como uma potência de cultura e diversidade, que depende de uma teia de cuidados.

Nenhuma das mulheres coletoras entrevistadas durante a realização da pesquisa se autodenominam feministas ou ecofeministas, mas é inegável que essas correntes de pensamento perpassam todo o processo de trabalho delas. Nas entrevistas essas mulheres demonstraram clareza no entendimento de que ao destruir a diversidade ecológica e os saberes locais, a degradação ambiental torna-se inevitável - e de que as mulheres desempenham um papel fundamental nas práticas sustentáveis. As coletoras também mostram afinidades com as propostas vinculadas ao Bem Viver e ao feminismo comunitário - como a valorização e potencialidade do entrecruzamento entre conhecimentos e a necessidade de retomar e fortalecer vínculos com os territórios.

As mulheres coletoras da Rede de Sementes do Xingu, com sua própria existência, mostram possibilidades de novas relações entre discurso político, práticas cotidianas, lógica do cuidado e concepções éticas e epistêmicas, forjadas no mundo da vida e por relações de interdependência e sustentabilidade. Aprender com as teorias feministas e com o pensar-agir das coletoras da Rede de Sementes do Xingu pode ajudar a ampliar a nossa visão de mundo, entender outros porquês e ver outras saídas para a crise socioambiental. Mas sabemos que as ações não deveriam ser apenas locais ou isoladas.

A mudança tem que ser profunda e sistêmica, como apontam o ecofeminismo, a economia feminista e o “Buen Vivir”. Por isso, é imprescindível o trabalho entre mulheres e homens de muitos territórios para gerar mudanças no atual paradigma de produção-reprodução da vida, semeando novos caminhos que possam frutificar na real sustentabilidade da vida.

## Referências

Abramovay, R. (2018). *A Amazônia precisa de uma economia do conhecimento da natureza*. São Paulo, Brasil: Alana/ISA/Greenpeace.

Acosta, A. (2016a). *Bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo, Brasil: Autonomia Literária.

Acosta A. (2016b). Extrativismo e neo-extrativismo, duas faces de uma mesma maldição. Em *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo, Brasil: Fundação Rosa Luxemburgo, Autonomia Literária e Elefante Editora.

Barragán, M. A., Lang, M. L., Chávez, D. M. e Santillana, A. (2016). Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. Em *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo, Brasil: Fundação Rosa Luxemburgo, Autonomia Literária e Elefante Editora.

Bosch, A., Carrasco, C. e Grau, E. (2003). Verde que te quiero violeta: encuentros y desencuentros entre feminismo y ecologismo. Em E. Tello, *La Historia Cuenta: Del crecimiento económico al desarrollo humano*. Barcelona, Espanha: El Viejo Topo.

Carrasco, C. (2014). *Con voz propia: La economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid, Espanha: La Oveja Roja.

Carrasco, C. A (2003). Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? Em F. Nalu e M. Nobre (Orgs.), *A produção do viver*. São Paulo, Brasil: SOF.

Ceregatti, A., Lopes, B., Provazi, B., Nobre, M., Faria, N. e Moreno, R. (2015). *Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento*. São Paulo, Brasil: Sempreviva Organização Feminista (SOF).

Faria, N. (2017). As trabalhadoras do campo: diversidade e formas de inserção no mundo do trabalho. Em L. Krein e Teixeira (Org.), *O mundo de trabalho das mulheres*. Campinas, Brasil: CESIT/Unicamp.

Faria, N. e Moreno, R. (2012). *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo, Brasil: SOF.

Federici, S. (2004). *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Madrid, Espanha: Traficante de Sueños.

Gebara, I. (1997). *Teologia ecofeminista: ensaio para repensar o conhecimento e a Religião*. São Paulo, Brasil: Olho d'Água.

Grecco, F. S., Furno, J. Da C. e Teixeira, M. O. (2018). Por uma ciência econômica feminista. *Revista Temáticas*, 26: 11-22.

Gudynas, E. (2016). Transições ao pós-extrativismo. Em *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo, Brasil: Fundação Rosa Luxemburgo, Autonomia Literária e Elefante Editora.

Guerrero, N. R., Junqueira, R. G. P. e Postigo, A. (Orgs.) (2017). *Xingu: histórias dos produtos da floresta*. São Paulo, Brasil: Instituto Socioambiental.

Harari, I. (2017). A rede de Sementes do Xingu completa 10 anos de história, e é só o começo. Informativo sobre a Rede de Sementes do Xingu. Canarana: RSX.

Herrero, Y. (2014). Economía ecológica y economía feminista: un dialogo necesario. 2014. Em C. Carrasco (Ed.). *Con voz propia: La economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid, Espanha: La Oveja Roja.

Instituto Socioambiental (2011). *Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos*. São Paulo, Brasil: Instituto Socioambiental.

Instituto Socioambiental (2017). *Xingu: Histórias dos produtos da floresta*. São Paulo, Brasil: Instituto Socioambiental.

Instituto Socioambiental (2015). *Para onde foram as andorinhas?*. São Paulo, Brasil: Instituto Socioambiental e Instituto Catitu.

Nepstad, D. C., Moreira, A. G. e Alencar, A. A. (1999). *Flames in the rain forest: origins, impacts and alternatives to Amazonian fires*. Brasília, Brasil: The World Bank.

Nobre, M. (2017). Economia Solidária. Em L. Krein e Teixeira (Org.), *O mundo de trabalho das mulheres*. Campinas, Brasil: CESIT/Unicamp.

Oliveira, A. A., Correia, I. R. e Gonzaga, C. A. M. (2017). Economia solidária em rede para recuperação de um bem comum. Trabalho apresentado no II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas, Ponta Grossa: UEPG.

Orozco, A. P. (2014). *La subversión Feminista de la Economía*. Madrid, Espanha: Traficante de Sueños.

Picchio, A. (2012). A economia política e a pesquisa sobre as condições de vida. Em N. Faria e R. Moreno (Orgs.), *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo, Brasil: SOF.

Plumwood, V. (1993). *Feminism and the mastery of nature*. Londres, Reino Unido: Routledge.

Puleo, A. H. (2019). *Claves ecofeministas - para rebeldes que aman a la tierra y los animales*. Madrid, Espanha: Plaza y Valdés.

Puleo, A. H. (2011). *Ecofeminismo para otro mundo posible*. Valência, Espanha: Ediciones Cátedra Universitat de València – Instituto de la Mujer.

Puleo, A. H. (2012). Anjos do ecossistema?. Em *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo, Brasil: Cadernos Sempreviva.

Ricardo, C. A. (2000). *Povos indígenas no Brasil 1996/2000*. São Paulo, Brasil: Instituto Socioambiental.

Romañá T. (2007). Hacia nuevos modelos de resolución de conflictos: ecologismo y feminismo como propuestas de cambio Em M. Novo (Coord.), *Mujer y medio ambiente: los caminos de visibilidad*. Madrid, Espanha: Catarata.

Rede de Sementes do Xingu –RSX- (2019). História. Recuperado de <http://sementesdoxingu.org.br/site/historia>

Sá, D. P., Urzedo, D. I., Silva, D. S. P., Junqueira, R. G. P., Araújo, C. A. e Souza, B. D. F. (2017). Desafios E Oportunidades Da Rsx. Em A. Villas-Bôas, N. R. Guerrero, R. G. P. Junqueira, e A. Postigo (Orgs.). *Xingu: Histórias Dos Produtos Da Floresta*. São Paulo, Brasil: Instituto Socioambiental.

Sanches, R. A. (2015). Campanha 'Y Ikatu Xingu: Governança ambiental da região das nascentes do Xingu (Mato Grosso, Brasil) (Tese de Doutorado em Ambiente e Sociedade). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

Shiva, V. (2001). *Biopirataria, a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis, Brasil: Vozes,.

Shiva, V. (2004). *Abrazar la vida*. Madrid, Espanha: Horas y Horas Editorial.

Shiva, V. (2007). *Las nuevas guerras de la globalización: Semillas, agua y formas de vida*. Madrid, Espanha: Editorial Popular.

Svampa, M. (2019). *Las fronteras del neoextractivismo en America Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Guadalajara, México: CALAS.

Svampa, M. (2016). Extrativismo, neodesenvolvimentismo e movimentos sociais: Um giro ecoterritorial rumo a alternativas? Em *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo, Brasil: Fundação Rosa Luxemburgo, Autonomia Literária e Elefante Editora.

Tait, M., Feltrin, R. B. e Costa, M. C. (2019). Corpos e territórios: refletindo sobre biotecnologias, gênero, ambiente e saúde a partir de ações de mulheres do Sul. *Revista Em Construção: Arquivos de epistemologia histórica e estudos da ciência*, 5(1).

Tait, M. M. L. e Brito, V. J. (2016). Outras economias e propostas de ética ambiental: diálogo entre feminismos e ações coletivas de mulheres rurais. Em L. Ferreira da Silva. (Org.), *Ciência e Tecnologia para a Transformação socioambiental*. Jundiaí, Brasil: Paco Editorial.

Tait, M.M.L. e Dagnino, R. P. (2013). Economia solidária e tecnologia social: utopias concretas e convergentes. *Otra Economía*, 7, 3-13.

Tait, M. (2015). *Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistência aos cultivos transgênicos*. Campinas, Brasil: Librum.

Tait, M. e Dagnino, R. P. (2011). Economia solidária e tecnologia social: utopias concretas e convergentes. *Ciência e Tecnologia Social*, 1(1), 99-119.

Urzedo, D. I., Reis, A. L., Souza, B. D. F. e Araújo, C. A. (2016). *Guia de gestão da Rede de Sementes do Xingu*. São Paulo, Brasil: Instituto Socioambiental.

Urzedo, D. I., Silva, D. S. P., Junqueira, R. G. P., Araújo, C. A. e Souza, B. D. F. (2017). Sementes De Resistência E Frutos De Transformação. Em A. Villas-Bôas, N. R. Guerrero, R. G. P. Junqueira e A. Postigo (Orgs.), *Xingu: Histórias Dos Produtos Da Floresta*. São Paulo, Brasil: Instituto Socioambiental.

Urzedo, D. I. (2014). *Trilhando recomeços: A socioeconomia da produção de sementes florestais do Alto Xingu na Amazônia brasileira (Dissertação de Mestrado em Ciências)*. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba.

Velasquez, C., Queiroz, H. e Bernasconi, P. (2010). *Fique por dentro: a bacia do rio Xingu em Mato Grosso*. São Paulo, Brasil: Instituto Socioambiental; Instituto Centro de Vida.

Villas-Bôas, A. (2017). O TIX e o desafio de um negócio dos índios. Em A. Villas-Bôas (Orgs.), *Xingu: História dos Produtos da Floresta*. São Paulo, Brasil: ISA – Instituto Socioambiental.

Villas Bôas, O. e Villas Bôas, C. (1994). *A marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro, Brasil: Globo.

*Enviado: 28/04/2019*  
*Aceptado: 30/10/2019*

Cómo citar este artículo:

Schwantes Marimon, A. y Tait Lima, M. (2019). Caminhos para a sustentabilidade da vida: revisão teórica e diálogo com as práticas de mulheres coletoras da Rede de Sementes do Xingu, Brasil. *Otra Economía*, 12(22), 220-237.